

Candidatura pelo distrito de Coimbra



Miguel Cardina
45 anos, historiador



Mariana Rodrigues
28 anos, jurista



Ana Carolina Gomes
33 anos, antropóloga



Eduardo Figueiredo
28 anos, docente universitário



Gisela Martins
42 anos, diretora de compras e responsável ambiental



Alexandre de Sousa Carvalho
38 anos, professor e investigador



Cristina Matos
54 anos, contabilista certificada



António Rodrigues
70 anos, médico de família aposentado



João Santo
59 anos, professor



Júlia Correia
54 anos, professora



Daniel Neves
45 anos, sociólogo e docente universitário



João Rui Mendes
45 anos, médico dentista



Bárbara Ranito
47 anos, jurista



Cristiana Moita
25 anos, estudante e técnica de arqueologia



MANDATÁRIO
António Ferreira
53 anos, realizador e produtor de cinema

Compromissos para o distrito de Coimbra

O Bloco de Esquerda apresenta-se às eleições de 10 de março para enfrentar as crises do nosso tempo. É urgente responder à necessidade de casas para morar, investir no Serviço Nacional de Saúde e na escola pública, olhar a economia pelo prisma da justiça climática, combater a precariedade e garantir a dignidade de quem trabalha ou trabalhou.

CASAS PARA MORAR COMO CONDIÇÃO PARA VIVER

As dificuldades em pagar a renda ou o empréstimo sentem-se em todo o distrito. Existem também dificuldades claras no alojamento estudantil, com estudantes a desistir do ensino superior por falta de condições económicas. É urgente impor tetos às rendas, combater a especulação imobiliária, reforçar o alojamento estudantil, garantir que 25% da nova construção é para habitação acessível e obrigar a CGD a baixar os juros do crédito à habitação como forma de aliviar as famílias e pressionar os restantes bancos a seguir o mesmo caminho.

O SNS É A GARANTIA DO ACESSO UNIVERSAL À SAÚDE

Reconhecemos as dificuldades que o SNS enfrenta neste momento. No distrito de Coimbra, temos o Hospital dos Covões esvaziado, num processo irracional de concentração e de diminuição da resposta pública. Temos a nova maternidade como um projeto adiado. Reforçar o SNS significa criar medidas de fixação de profissionais e garantir a acessibilidade em áreas altamente deficitárias como a psicologia, a saúde oral e a nutrição.

PELA DIGNIDADE DE QUEM TRABALHA

Também no distrito de Coimbra, é preciso combater a cultura de precariedade e de baixos salários, defender a redução do horário de trabalho e fazer o combate à pobreza. Na educação ou na saúde, lutar pelos direitos de quem trabalha é garantir a qualidade dos serviços públicos. Na cultura ou na ciência, combater a precariedade naturalizada é defender uma região e por um país mais culto e mais democrático. Lutar pela justiça nas pensões é dignificar quem trabalhou.

IGUALDADE POR INTEIRO

Reconhecer a diversidade é um traço decisivo das democracias. No país e no distrito, o Bloco apresenta-se com uma agenda feminista, de afirmação da igualdade entre todas as pessoas, combatendo o discurso do ódio contra as pessoas racializadas, contra as pessoas LGBTQIA+ ou contra as pessoas em situação de pobreza. Para uma igualdade por inteiro, importa também criar um Serviço Nacional de Cuidados que proteja a infância e a velhice, que respeite o direito à vida independente das pessoas com deficiência e que garanta apoio às cuidadoras informais.

PELA JUSTIÇA CLIMÁTICA. UMA NOVA ECONOMIA

Urge alterar o modelo de produção e consumo para inverter o estado de emergência climática. É necessário encontrar alternativas para parar o predomínio do automóvel e dos combustíveis fósseis, com aposta na ferrovia como mobilidade do futuro e nos transportes públicos coletivos como fundamentais para a coesão territorial. É necessário combater a erosão costeira e o extrativismo desenfreado ao arrepio das populações e das realidades locais.

Bloco

Para fazer o que nunca foi feito

INFOMAIL

Mariana Mortágua

Miguel Cardina

Por Coimbra

Depois de 10 de março, Portugal será diferente. A escolha é entre um regresso ao passado, com mais desigualdade e autoritarismo - ou mudar para melhor. O Bloco é a força para abrir esse caminho, um caminho de mudança, assente num acordo à esquerda por mais salário, habitação, educação e saúde.

O PS não tem soluções para as crises que criou. Deixou a saúde e a educação degradarem-se e fez explodir a crise na habitação. O salário médio estagnou e a política do PS deixou um país de salários mínimos. Enquanto a renda, a prestação e a inflação apertavam a vida do povo, a banca, a EDP e a Galp tiveram lucros recorde.

A direita esteve junta no governo de Passos Coelho e Paulo Portas. Agora quer juntar-se de novo. Querem enfraquecer os serviços públicos para dar milhões a ganhar aos privados. Querem menos impostos para os mais ricos, menos proteção social para os de baixo. Protegem a minoria: os donos disto tudo, os milionários, as grandes empresas. A direita é sempre a forma errada de nos livrarmos da má política. Não merecem o benefício da dúvida.

O voto no Bloco coloca a direita no seu lugar: a oposição, longe do poder. Mas as coisas não podem continuar na mesma. O Bloco denunciou a promiscuidade e a corrupção e já disse ao que vem nestas eleições. Queremos ter força para impor uma maioria na Assembleia da República que traga mudança à vida das pessoas. Uma maioria que garanta que os salários médios aumentam, que baixe as rendas e as prestações, que garanta médicos nos hospitais e professores nas escolas.

Votar Bloco é dar força à mudança e é um voto que conta para uma maioria à esquerda. Queremos um acordo amplo para essa maioria para melhorar a vida.



Conhece o nosso programa em

programa2024.bloco.org

Esquerda de confiança

Recebe as novidades do Bloco



PROGRAMA PARA VIRAR A PÁGINA



Acabar com a impunidade e a corrupção

Criminalização do enriquecimento injustificado, taxar a 100% a riqueza abusiva sem origem clara; durante seis anos, ex-governantes não podem ser contratados por empresas do setor que tutelaram.



Proteger o planeta com justiça social

Combater as alterações climáticas com mais transportes e empregos, sem penalizar quem trabalha.

Passes municipais a 15 euros e intermunicipais a 20 euros em todo o país; passe ferroviário nacional a 40 euros.

Energia renovável: aposta no solar descentralizado e fim das megacentrais.

Revogar as leis PIN e o simplex ambiental; novas regras para exploração de recursos naturais, agricultura intensiva e turismo agressivo.

Cortar as emissões dos mais ricos: taxar os lucros das petrolíferas; travar os jatos privados; eletrificação dos cruzeiros.



Justiça contra os privilégios

Imposto sobre as grandes fortunas e sobre lucros excessivos.

IVA da eletricidade e gás a 6%; leques salariais nos setores público e privado: nenhum gestor pode ganhar num mês mais do que um trabalhador da mesma empresa ganha num ano.



Saúde e Educação: o futuro é Público

Sem investir no SNS e na Escola Pública teremos serviços públicos degradados para os pobres e a classe média a pagar caro no privado.

Mais profissionais para o SNS funcionar: exclusividade a sério com majoração de 40% do salário; aumento em três posições remuneratórias (mínimo 150 euros); progressões automáticas.

Saúde oral, psicologia e nutricionistas no SNS; medicamentos 100% comparticipados para quem tem rendimento inferior ao salário mínimo.

Recuperação total do tempo de serviço dos professores; programa de vinculação extraordinária de docentes precários; regime de compensação a docentes deslocados.

Rede de creches públicas com 125 mil novas vagas.



Casas para morar, não para especular

Garantir o direito à habitação é limitar o poder dos especuladores, do turismo e da banca.

Baixar as rendas: tetos para as rendas, segundo a zona e a tipologia; estabilidade no arrendamento; limites ao aumento das rendas.

Mais casas para viver: proibir a venda de casas a estrangeiros não residentes; limitar o Alojamento Local; 25% da nova construção tem de ser para habitação acessível; fim dos benefícios fiscais à especulação e a residentes não habituais.

Baixar os juros da habitação: reduzir os juros na Caixa Geral de Depósitos, arrastando todo o sistema bancário.



Igualdade é democracia

As instituições têm de mudar para incluir toda a gente, sem excluir nem discriminar. Só assim defendemos a democracia.

Igualdade de género: sancionar empresas que não aplicam a igualdade salarial entre homens e mulheres; crime de violação deve ser crime público; renda acessível para famílias monoparentais.

Vencer o racismo e a xenofobia: fim dos despejos sem alternativa de habitação; revisão dos manuais escolares com uma perspetiva anticolonial e antirracista; alteração ao Código Penal para impedir abordagens policiais com base na pertença étnoracial.

Direitos LGBTQI+: introduzir o direito à identidade de género na Constituição; formar os funcionários públicos em direitos LGBTQI+; uniformizar as normas de acesso das pessoas trans à saúde.



Horários, salários e pensões para poder viver

Mudar as regras do trabalho, por mais salário ao fim do mês e tempo para viver.

Salário mínimo 900 euros em 2024 com atualização anual de 50 euros + valor da inflação.

35 horas semanais de trabalho, semana de 4 dias e 25 dias de férias/ano no público e no privado. Mais tempo para os filhos: licença paga 5 dias/ano.

Mais 500 euros no salário de entrada na Função Pública para servir de referência ao privado e puxar salário médio para cima.

Trabalho por turnos: mais tempo e fins de semana para descansar, reforma antecipada e subsídio de turno obrigatório.

Justiça nas pensões: reforma sem penalizações aos 40 anos de descontos, pensões de quem tem mais de 20 anos de desconto acima do limiar da pobreza e recuperar pensões antecipadas penalizadas pelo "fator de sustentabilidade".

IVG, cumprir um direito: a interrupção voluntária da gravidez foi uma conquista que está posta em causa. Para que todas tenham acesso à IVG, propomos: fim do período de reflexão obrigatório e da exigência da intervenção de 2 médicos; alargamento do prazo até às 12 semanas; aborto médico nos centros de saúde e para as unidades de saúde familiar.

